

CARTA ABERTA ÀS VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS NA IGREJA CATÓLICA EM PORTUGAL E À SOCIEDADE CIVIL

Da: Direção da Associação DAR VOZ AO Silêncio

Para: Vítimas, Sobreviventes, Comunicação Social e Sociedade Civil

No momento em que o debate público em torno das compensações financeiras e do acompanhamento às vítimas de abusos sexuais na Igreja Católica em Portugal atinge um ponto **FULCRAL** com o início do debate parlamentar, a Associação **DAR VOZ AO Silêncio** considera imperativo dirigir-se publicamente a todos os que, direta ou indiretamente, partilham desta exigência de justiça e dignidade, de forma a repor a verdade dos factos.

A nossa associação nasceu de uma necessidade diagnosticada, legítima, normal e legal de alargar e fortalecer a rede de apoio a quem foi silenciado durante décadas, dando **VOZ** a todos os sobreviventes que ainda não tiveram coragem de falar e aos que já assumiram essa coragem de falar e dar a cara pela causa.

Lamentamos profundamente que a Associação Coração Silenciado não tenha conseguido lidar de forma positiva com o surgimento desta nova entidade, uma vez que foram apresentados ao CS os motivos e as razões que levaram ao aparecimento de uma nova Associação — os quais, em nossa opinião, devem ser respeitados, pois todos somos livres de tomar este tipo de decisões.

Todos os passos para a criação da **DAR VOZ AO Silêncio** foram por nós partilhados com total transparência junto do Coração Silenciado, razão pela qual **estranhamos a estranheza** “passe a redundância”, na reação manifestada pelo seu porta-voz ao **OBSERVADOR**.

A desculpa encontrada para justificar a demarcação institucional não faz qualquer sentido.

Cumprimos rigorosamente o que havia sido conversado na última reunião do Coração Silenciado em que participámos, no dia 4 de agosto de 2026.

Na altura, apresentámos uma candidatura legítima à liderança daquela associação, respondendo aos apelos de várias vítimas para que continuássemos a canalizar a nossa energia, assertividade e capacidade de iniciativa naquele espaço.

Contudo, essa possibilidade foi bloqueada em Assembleia Geral, de forma organizada, para evitar uma mudança de liderança.

Perante a ausência de condições internas para impor um ritmo ativo de iniciativa e assertividade — face a uma constante tentativa de resfriar a nossa capacidade de ação —, restou-nos avançar, legitimamente e de cabeça erguida e com coragem, com o projeto de uma nova associação, que eu lidero com sentido de missão.

Tenho total consciência da responsabilidade que assumo ao representar os sobreviventes, que para mim o são todos, sem exceção nem exclusão de quem quer que seja.

Também a entrega do **Dossier Parlamentar** seguiu o que sempre foi falado. Reafirmamos que este documento é da nossa autoria e propriedade intelectual. Elaborámo-lo e disponibilizámo-lo para receber contributos válidos que acrescentassem valor.

Ficou acordado, na reunião de 4 de agosto de 2026, que se realizaria uma nova reunião no final desse mês para decidir como e quando enviar o documento ao Parlamento.

Estranhamente, essa reunião nunca aconteceu (pois era onde eu iria informar e propor a minha auto-exclusão do grupo do CS), e as nossas insistências ficaram sem resposta.

Esperámos até setembro. Para não prejudicar a causa e evitar divisões, tomámos a decisão responsável de avançar com o envio do dossier no dia 4 de setembro de 2026, subscrito por ambas as associações.

Fizemo-lo de boa-fé, cientes de que avançar apenas com a nossa assinatura seria, **ai sim**, um motivo legítimo de fricção e divisão.

O que estaria a ser dito se não o tivéssemos feito com o devido sentido de responsabilidade?

Se o objetivo fosse dividir, não teríamos partilhado a subscrição do documento.

A **DAR VOZ AO Silêncio** não quer, não promove e nunca promoverá divisões. Por essa razão, enviámos recentemente, no dia 16 de Setembro de 2026, **uma carta oficial e formal à Direção da Associação Coração Silenciado** (Junto em Anexo), apelando ao diálogo, à responsabilidade e à coordenação entre as duas lideranças, estando ainda hoje à espera de uma resposta igualmente oficial e formal do Coração Silenciado, tendo a **DAR VOZ AO Silêncio** ficado a saber da demarcação institucional do CS pela comunicação social.

Ambas as organizações têm de assumir as suas responsabilidades para com os sobreviventes.

Esta causa não se compadece com protagonismos e inseguranças pessoais.

Deixamos três questões para reflexão pública:

- 1. Por que razão o Coração Silenciado não consegue ainda aceitar e adaptar-se à nova realidade, com a criação legítima de uma nova Associação que comunga dos mesmos objetivos?*
- 2. Por que razão o CS tomou iniciativa e propôs a criação de um GRUPO no WhatsApp, o qual foi criado com o nome de “**CANAL OFICIAL DIALOGO ASSOCIAÇÕES**”, onde tentamos organizar uma reunião de trabalho, tendo sempre tido como resposta o silêncio do CS, até que o seu porta-voz sem motivo nenhum que justifica-se decidiu sair unilateralmente do grupo que os próprios sugeriram criar?*
- 3. E por que se foca na divisão em vez de se focar na união para lutarmos juntos partilhando a indignação face à forma desrespeitosa e opaca como este infeliz processo de reparação tem sido conduzido pela Igreja?*

Ambas as entidades deveriam trabalhar de forma articulada para, juntas, conseguirem **Dar Voz** às pessoas que não sabem como lidar com estas questões e se fecham/isolam num silêncio corrosivo e destruidor, com consequências brutais para as suas vidas, (Temos associados que se encontram em situações socialmente muito degradantes e preocupantes, aos quais estamos, na medida do possível, a tentar dar resposta às necessidades).

O processo de compensações atual é desastroso e imoral, provocando uma **DUPLA REVITIMIZAÇÃO** e intensificando um sofrimento que já é corrosivo e destruidor.

Registamos, por isso, com agrado que a Conferência Episcopal Portuguesa (**CEP**) tenha já demonstrado publicamente a sua recetividade para colaborar com a **AUDITORIA URGENTE** que nós exigimos ao Estado.

O Estado deve também assumir as suas responsabilidades, pois as crianças que fomos, tinham sido entregues pelo Estado à guarda de quem, mais tarde, lhes fez mal.

Uma reivindicação que a **DAR VOZ AO Silêncio** faz, e pela qual vai lutar, é precisamente a defesa da **DUPLA RESPONSABILIZAÇÃO** quer da Igreja, quer do Estado Português.

Na opinião dos sobreviventes que representamos, ambos são responsáveis, uma vez que a proteção devida às crianças cuja guarda estava a seu cargo não se verificou, tendo o Estado falhado nessa missão e responsabilidade perante crianças indefesas e vulneráveis.

É fundamental que esta fiscalização avance para corrigir um processo que tem sido conduzido de forma irregular, imoral e focado na defesa da imagem pública da Igreja, sobrepondo-se ao respeito e à dignidade dos sobreviventes.

Os representantes dos sobreviventes vítimas devem ser envolvidos em todos os grupos de trabalho e consequentemente devem ser ouvidos em todas as decisões que venham a ser tomadas no presente e no futuro, inclusive devemos ser **envolvidos** de forma a termos um **participação activa** na

AUDITORIA que reclamamos ao **ESTADO** que seja realizada com **URGENCIA**.

Este é um tipo de abuso que todos devemos repudiar e condenar como sociedade evoluída que queremos e devemos ser.

É por esta razão que consideramos urgente o envolvimento das instituições democráticas para repor a legalidade, a moralidade e o respeito que os sobreviventes merecem.

Sublinhamos que a **DAR VOZ AO Silêncio** já ultrapassou a fase de meramente solicitar audiências; estamos na fase da concretização e as reuniões estão a acontecer.

O nosso agendamento segue com normalidade, demonstrando uma boa receptividade e um responsável interesse por parte dos diversos quadrantes políticos e eclesiais, o que registamos com agrado e agradecemos.

O nosso calendário institucional está fixado e reflete avanços cruciais:

- A **primeira audiência oficial na Assembleia da República** está agendada para o próximo dia **29 de setembro de 2026, às 16h00**, com o primeiro Grupo Parlamentar.
- Como fruto da troca de correspondência com um deputado único representante de um partido, o mesmo tomou já a iniciativa de avançar com o desenvolvimento de **duas iniciativas parlamentares concretas** decorrentes da receção do Dossier Parlamentar por nós enviado.
- A nível eclesial, temos já confirmada uma reunião com a **Conferência Episcopal Portuguesa (CEP)**, que terá lugar no dia **1 de outubro de 2026, às 11h00, em Fátima**.
- Conforme já é do conhecimento público, foi submetido no passado dia **28 de agosto de 2026 um pedido oficial de audiência à Presidência da República**.

Aguardamos serenamente o seu respetivo agendamento, convictos de que teremos contributos de extrema validade e relevância acrescentar perante o Senhor Presidente da República Portuguesa.

- Outras reuniões encontram-se em fase de agendamento e serão oportunamente comunicadas ao público.

NOTA À COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Um Apelo ao Tratamento Equitativo

Não podemos deixar de registar, com profunda estranheza, a forma como a **DAR VOZ AO Silêncio** tem sido secundarizada pela comunicação social em geral.

Iniciativas de extrema relevância social, devidamente detalhadas nos nossos Comunicados de Imprensa N.º 1 e N.º 2, têm sido relegadas para segundo plano, não recebendo o destaque e a importância que a causa exige.

Sem querer, nesta fase, falar de uma tentativa deliberada de silenciamento, assumimos o facto de a comunicação social estar a precisar de muito tempo para começar a tratar com **igualdade/equidade** as duas associações representativas dos sobreviventes vítimas da Igreja.

Relembramos que ambas têm a mesma legitimidade e merecem ser tratadas da mesma forma.

A sociedade portuguesa não compreenderá a razão para se discriminar uma nova associação que legitimamente luta pelos direitos das vítimas, sendo a **VOZ** assertiva e com a estratégia que faltava nesta missão de vida.

É de relevante importância que este tema seja falado e pensado para sensibilizar e preparar a sociedade, as instituições e as entidades públicas e privadas, contribuindo de forma preventiva para minimizarmos este tipo de abuso que, como sabemos, infelizmente acontece até em ambiente familiar. Esperamos que, o mais rápido possível, os órgãos de informação se adaptem a esta nova realidade de duas associações, facto que continua a ser omitido em recentes artigos jornalísticos.

A nossa voz é e continuará a ser a **VOZ do Silêncio**, guiada pelo lema inequívoco que dita a nossa missão:

Existimos para:

“Transformar a dor em **AÇÃO** e o sofrimento em **LIBERTAÇÃO**”

Manteremos sempre as portas abertas ao diálogo e por essa razão recusamos alimentar este tipo de inverdades, pois o que nos move é a defesa da causa sendo esse o nosso **FOCO**, não nos deixando envolver e ser arrastados para controvérsias unilaterais que em nada contribuem para a **CAUSA** que defendemos, lamentando que estas distrações venham de dentro da nossa casa, a casa dos sobreviventes vítimas.

A defesa da **CAUSA** estará sempre em primeiro lugar e com ou sem colaboração institucional entre as duas Associações, a **DAR VOZ AO Silêncio** fará o seu caminho de forma assertiva e objectiva.

Maia, 21 de Setembro de 2026

Pela Direção da Associação DAR VOZ AO Silêncio

Manuel Fernandes, Eng.